

Ponto Dois

Proposta do sr. Presidente da Câmara para aprovação da consolidação de Contas para os efeitos previstos na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Aprovado por maioria. Abstenção dos srs. Vereadores do PS. Remeta-se à assembleia municipal.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município da Póvoa de Lanhoso (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 55.102.027 euros e um total de fundos próprios de 32.359.998 euros, incluindo um resultado líquido de 2.066.102 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa dos fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Município da Póvoa de Lanhoso em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com reservas

À semelhança do verificado em anos anteriores, tal como referido na nota introdutória das Notas anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidados, o Município mantém em curso a inventariação e a avaliação do respetivo património municipal, não se encontrando ainda relevado no ativo a totalidade do mesmo, tanto de domínio público como privado. Consequentemente não podemos aferir com segurança razoável qual o efeito nas contas de imobilizado, fundos próprios, amortizações acumuladas, amortizações do exercício e proveitos diferidos provenientes de subsídios afetos ao imobilizado. O Município ainda não dispõe da totalidade de cadastro e inventário para os bens contabilizados conforme disposto no plano oficial de contabilidade das autarquias locais e na portaria nº 671/2000 de 17/04.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo, de acordo com o POCAL;

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devi da a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade do GRUPO;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 22 de junho de 2017

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
ROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

PARECER DO AUDITOR EXTERNO

À Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso
Exmos. Senhores Deputados.

1. No cumprimento das normas legais, considerando especialmente o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e parecer sobre as contas do exercício (consolidadas), em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. O Município da Póvoa de Lanhoso preparou as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 2016, em conformidade com o n.º 2 do art.º 76 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, sendo que o Grupo público municipal engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M. sendo que o Centro de Criatividade – CCCIS CIPRL deixou de fazer parte do perímetro de consolidação no ano de 2016.
3. No decurso do exercício, acompanhamos com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, a atividade do Município “Entidade-mãe” (Município da Povoa de Lanhoso) e da EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M. e através de contactos com o Órgão Executivo, bem como por via de esclarecimentos e documentação obtidos junto dos serviços e realizamos os procedimentos de auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade que consideramos necessária nas circunstâncias.
4. Decorrente dos trabalhos desenvolvidos, é nossa convicção que o Relatório do Órgão Executivo e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma clara e suficiente a evolução da atividade das entidades incluídas na consolidação, os resultados consolidados do exercício e a posição financeira consolidada, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Assim, emitimos a certificação legal das contas consolidadas, a qual passa a fazer parte integrante do presente parecer.
5. Analisamos e verificamos a consistência da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Nestas circunstâncias, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos de prestação de contas apresentadas pelo Órgão Executivo e considerando o efeito das situações descritas na certificação legal das contas, somos de parecer de que os documentos de prestação de contas apresentadas pelo órgão executivo estão em condições de poderem ser aprovados pelos Senhores Deputados.
7. Finalmente, desejamos manifestar o nosso agradecimento ao Executivo do Município da Póvoa de Lanhoso e aos seus Serviços por toda a colaboração prestada para o desempenho das nossas funções.

Braga, 22 de junho de 2017

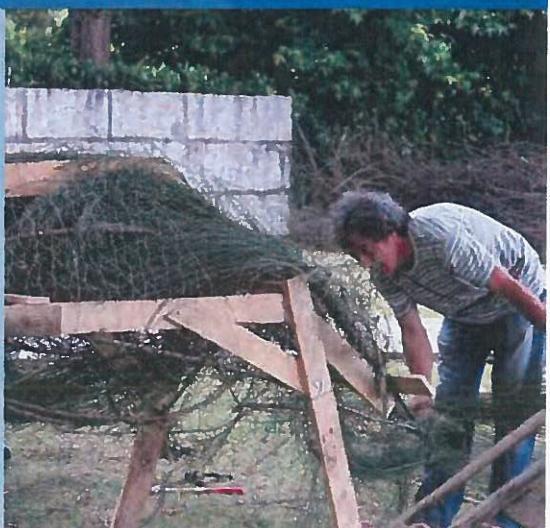
Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)
representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
ROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

Póvoa de Lanhoso

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

2016



Índice

A. Relatório de Gestão	3
1. Introdução	4
2. Perímetro de Consolidação	5
3. Entidades excluídas da consolidação	5
4. Método de Consolidação.....	5
5. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação	6
Análise ao Balanço.....	6
6. Análise à Demonstração de Resultados:	8
7. Indicadores de Gestão	9
Indicadores de Natureza Patrimonial	9
8. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	11
B. Mapas Consolidados.....	12
C. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados	17
1. Introdução	18
2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	19
3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	19
4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação	19
5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo.....	21
6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros.....	21
7. Informações relativas a compromissos	21
8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação	
21	
9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos	22
10. Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos	22
11. Informações relativas a políticas contabilísticas	23
12. Imobilizado bruto consolidado.....	24
13. Amortizações consolidadas	25
14. Demonstração de resultados financeiros consolidados.....	26
15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados.....	27
16. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”	27
17. Desdobramento das contas de provisões	27
18. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior	28

19. Informações diversas.....	28
-------------------------------	----

A. Relatório de Gestão

1. Introdução

O Município da Póvoa de Lanhoso apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, na sequência da obrigatoriedade de apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme o estabelecido na Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

No ano de 2016 o Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso foi extinto, sendo por isso excluído do perímetro de consolidação.

De acordo com “Instruções para o Exercício de 2014” emitidas pelo SATAPCAL em maio de 2015: “os Municípios que já apresentavam contas consolidadas no quadro legal consagrado na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, deverão respeitar o disposto no segundo parágrafo do ponto 4 da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 01 de julho, ou seja, “*Se a composição do conjunto de entidades que compõem o grupo público se alterar significativamente no decurso do exercício, as demonstrações financeiras consolidadas devem incluir, nos anexos informações que permitam a respetiva contabilidade, de conjuntos sucessivos de demonstrações financeiras consolidadas*”. Todavia, se a alteração do perímetro de consolidação resultar, essencialmente da modificação, a que aludimos, ocorrida no quadro legal vigente e não de qualquer decisão e/ou deliberação dos eleitos ou órgãos municipais, entendemos que o cumprimento da norma transcrita deverá traduzir-se, apenas, na prestação, nos anexos das demonstrações financeiras consolidadas de 2016, de informação suficiente para permitir perceber as diferenças ocorridas ao nível do perímetro de consolidação e a materialidade das demonstrações financeiras das novas entidades abrangidas pelo perímetro e, não, obrigatoriamente, reexpressando, de forma integral, as demonstrações financeiras consolidadas do ano anterior.

Assim, o presente documento é o sétimo relatório de gestão consolidado do Município da Póvoa de Lanhoso, cumprindo assim o n.º 2 do artigo 76º da Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo elaborado nos termos da portaria n.º 474/2010, de 1 de julho – orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.

Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, apresentando documentos de prestação de contas consolidadas que constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço consolidado;
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as

entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado a médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregada por maturidade e natureza.

O Município da Póvoa de Lanhoso tem vindo a elaborar a Consolidação de Contas do grupo Municipal, a qual é anualmente submetida a aprovação da Assembleia Municipal.

2. Perímetro de Consolidação

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas. Assim, o grupo autárquico engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a Escola Profissional do Alto Ave.

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2016	% do capital detido em 2016	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	181	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	17	100%	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº2 do Artigo 75º da Nova Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso.					

3. Entidades excluídas da consolidação

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, as únicas entidades que devem ser obrigatoriamente consolidadas por este método são as já referidas Escola Profissional do Alto Ave, sendo que as demais entidades em que o Município detém uma participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

4. Método de Consolidação

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município da Póvoa de Lanhoso foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados consolidados e à Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração de Resultados.

5. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação

Análise ao Balanço

O Balanço consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício 2016, dando a conhecer o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o Passivo e Capital Próprio do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado ou Ativo Fixo e Ativo Circulante. Por sua vez, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado
ATIVO

Ativo	2016	%	2015	%	Varia.
Imobilizado	49,248,394.35	89.4%	44,502,033.92	89.3%	10.7%
Bens de Domínio Público	27,531,146.75	50.0%	21,626,629.83	43.4%	27.3%
Imobilizações Incorpóreas	239,367.50	0.4%	217,682.97	0.4%	10.0%
Imobilizações Corpóreas	20,659,126.36	37.5%	20,802,222.38	41.7%	-0.7%
Investimentos Financeiros	818,753.74	1.5%	1,855,498.74	3.7%	-55.9%
Circulante	5,853,632.32	10.6%	5,351,906.96	10.7%	9.4%
Existências	198,936.49	0.4%	170,442.45	0.3%	16.7%
Dívidas de terceiros MLP	3,150.55	0.0%	5,016.51	0.0%	-37.2%
Dívidas de Terceiros CP	701,976.18	1.3%	997,696.68	2.0%	-29.6%
Títulos negociáveis	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Disponibilidades	1,722,960.01	3.1%	1,157,604.01	2.3%	48.8%
Acréscimos e Diferimentos	3,226,609.09	5.9%	3,021,147.31	6.1%	6.8%
TOTAL DO ATIVO	55,102,026.67	100.0%	49,853,940.88	100.0%	10.5%

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

<i>Capital Próprio e Passivo</i>	2016	%	2015	%	Varia.
Fundos Próprios	32,359,997.51	58.7%	25,808,760.85	51.8%	25.4%
Património	27,302,046.35	49.5%	22,826,329.68	45.8%	19.6%
Diferenças de Consolidação	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Ajustamentos de partes de capital	0.00	0.0%	0.00	0.0%	
Reservas	1,643,036.14	3.0%	1,542,096.35	3.1%	6.5%
Resultados Transitados	1,348,813.43	2.4%	-561,886.50	-1.1%	-340.1%
Resultado Líquido do Exercício	2,066,101.59	3.7%	2,002,221.32	4.0%	3.2%
Interesses Minoritários	0.00	0.0%	140.28	0.0%	-100.0%
Passivo	22,742,029.16	41.3%	24,045,039.75	48.2%	-5.4%
Provisões para riscos e encargos	2,149,002.51	3.9%	2,211,912.52	4.4%	-2.8%
Empréstimos MLP	4,371,651.44	7.9%	5,165,469.41	10.4%	-15.4%
Dívidas a Terceiros CP	2,447,273.49	4.4%	1,826,850.80	3.7%	34.0%
Acréscimos e Diferimentos	13,774,101.72	25.0%	14,840,807.02	29.8%	-7.2%
Capital Próprio e Passivo	55,102,026.67	100.0%	49,853,940.88	100.0%	10.5%

Pela análise do Balanço consolidado, verifica-se um aumento do Ativo Total em cerca de 10,5%. O imobilizado (Ativo Fixo) e o Ativo Circulante apresentam um acréscimo relativamente a 2015. O primeiro registou um aumento de 10,7% explicado pelo acréscimo dos bens de domínio público (aumentaram cerca de 5 milhões e 900 mil) já que os bens investimentos financeiros verificaram diminuições de cerca de 1 milhão e 37 mil de euros.

O aumento verificado no ativo circulante de cerca de 9,4% deveu-se ao acréscimo das disponibilidades, das existências e dos acréscimos e diferimentos (no conjunto cresceram cerca de 799 mil euros), já que se verificaram reduções nas rubricas de Dívidas a Terceiros na ordem dos 298 mil euros.

Em termos de estrutura do Ativo verificou-se uma variação de 10,7% no Ativo Fixo e de 9,4% do Ativo Circulante, sendo que o Ativo Fixo passou de 89,3% para 89,4% do Ativo Total.

Na divisão do Passivo entre Fundos Próprios e Passivo, os Fundos Próprios passaram de 51,8% para 58,7% e o Passivo de 48,2% para 41,3%. A quase totalidade do valor dos Fundos Próprios do Consolidado, corresponde ao património do Município da Póvoa de Lanhoso, dado que nas contas individuais do Município os capitais próprios da Escola Profissional do Alto Ave estavam refletidos por força da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Assim, os Fundos Próprios Municipais cifram-se em 32.360 mil euros, registando um aumento de cerca de 6 milhões e 551 mil euros.

Ao nível do Passivo, verificaram-se diminuições muito significativas dos acréscimos e diferimentos (passam de 14.841 mil euros em 2015 para 13.774 mil euros em 2016) e das dívidas de terceiros de m.l.p. (diminuem cerca de 794 mil euros). A rubrica de Provisões sofreu uma pequena diminuição (cerca de 63 mil euros). Relativamente às dívidas a terceiros de curto prazo, verificou-se um aumento de cerca de 620 mil euros a que corresponde uma variação de 34,0%.

6. Análise à Demonstração de Resultados:

O maior objetivo da Demonstração de Resultados é aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a um aumento dos Custos e Perdas (cerca de 1 milhão e 697 mil euros), e um aumento dos Proveitos (cerca de 1 milhão 762 mil euros) o que originou um aumento dos resultados líquidos consolidados no montante de 64 mil euros.

Apresentaremos, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano 2015.

Síntese da Demonstração de Resultados Consolidado
CUSTOS E PERDAS

Custos e Perdas	2016	%	2015	%	Varia.
Custo Merc.Vend.e Matérias Cons.	1,108,582.09	6.5%	962,863.30	6.3%	15.1%
Fornecimentos e Serviços Externos	4,326,350.19	25.3%	3,816,109.81	24.9%	13.4%
Custos com Pessoal	3,995,773.71	23.4%	3,947,209.72	25.7%	1.2%
Transf. E Subs.Correntes Concedidos	1,799,516.91	10.5%	1,543,235.59	10.1%	16.6%
Amortizações do Exercício	2,752,941.61	16.1%	2,562,018.09	16.7%	7.5%
Provisões do Exercício	275,847.64	1.6%	5,590.74	0.0%	4834.0%
Outros Custos e Perdas Operacionais	6,071.16	0.0%	1,009.69	0.0%	501.3%
Custos e Perdas Operacionais	14,265,083.31	83.4%	12,838,036.94	83.7%	11.1%
Custos e Perdas Financeiros	64,502.77	0.4%	114,464.22	0.7%	-43.6%
Custos e Perdas Correntes	14,329,586.08	83.8%	12,952,501.16	84.4%	10.6%
Custos e Perdas Extraordinários	709,657.06	4.1%	389,400.74	2.5%	82.2%
Custos e Perdas Correntes e Extraordinários	15,039,243.14	87.9%	13,341,901.90	86.9%	12.7%
Imposto sobre o rendimento do exercício	1,751.59	0.0%	1,607.58	0.0%	9.0%
Resultado Líquido do Exercício (empresa mãe)	2,066,101.59	12.1%	2,002,221.32	13.0%	3.2%
Resultado Líquido do Exercício (IM)	0.00	0.0%	-597.53		-100.0%
TOTAL GERAL	17,107,096.32	100.0%	15,345,133.27	100.0%	11.5%

PROVEITOS E GANHOS

Proveitos e Ganhos	2016	%	2015	%	Varia.
Vendas e Prestação de Serviços	1,797,727.91	10.5%	1,524,795.81	9.9%	17.9%
Impostos e Taxas	3,704,852.72	21.7%	3,500,621.28	22.8%	5.8%
Trabalhos para a própria entidade	294,499.57	1.7%	143,851.58	0.9%	104.7%
Proveitos suplementares	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Transf. E Subs.Correntes Obtidos	8,660,987.72	50.6%	8,530,248.97	55.6%	1.5%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Proveitos e Ganhos Operacionais	14,458,067.92	84.5%	13,699,517.64	89.3%	5.5%
Proveitos e Ganhos Financeiros	656,861.51	3.8%	633,648.75	4.1%	3.7%
Proveitos e Ganhos Correntes	15,114,929.43	88.4%	14,333,166.39	93.4%	5.5%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1,992,166.89	11.6%	1,011,966.88	6.6%	96.9%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários	17,107,096.32	100.0%	15,345,133.27	100.0%	11.5%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	17,107,096.32	100.0%	15,345,133.27	100.0%	11.5%

Analisa-se a estrutura da Demonstração de Resultados, verificam-se algumas alterações da repartição do peso percentual de cada uma das Contas que o integram.

Os Custos Operacionais aumentaram cerca de 11,1% continuam a ser os que têm o maior peso. Este aumento foi motivado pelos aumentos das rubricas de CMVMC (cerca de 146 mil euros), fornecimentos e serviços externos (cerca de 510 mil euros), custos com o pessoal (cerca de 49 mil euros), transferências e subsídios correntes (cerca de 256 mil euros), amortizações do exercício (cerca de 191 mil euros), provisões do exercício (cerca de 270 mil euros) e de outros custos e perdas operacionais (cerca de 5 mil euros).

Os Custos e Perdas Financeiros diminuíram 43,6% enquanto que os Custos e Perdas Extraordinários sofreram um aumento de 82,2% relativamente ao ano de 2015.

Quanto aos Proveitos e Ganhos, constata-se que o conjunto dos Proveitos e Ganhos Operacionais registam um aumento de 5,5% motivado pelos aumentos das Vendas e Prestações de Serviços (cerca de 273 mil euros), dos Impostos e Taxas (cerca de 204 mil euros), trabalhos para a própria entidade (cerca de 151 mil euros) e das transferências e subsídios correntes obtidos (cerca de 131 mil euros).

Os Proveitos e Ganhos Financeiros e os Proveitos e Ganhos Extraordinários registam um aumento de 3,7% e de 96,9%, respetivamente.

ANÁLISE DE RESULTADOS

	2016	2015	Varia.
Resultados Operacionais	192,984.61	861,480.70	-77.6%
Resultados Financeiros	592,358.74	519,184.53	14.1%
Resultados Correntes	785,343.35	1,380,665.23	-43.1%
Resultado Líquido do Exercício	2,066,101.59	2,002,221.32	3.2%

Os Resultados Operacionais de 2016, no valor de cerca de 193 mil euros, registam uma diminuição de 668 mil euros, relativamente ao ano anterior. Os Resultados Financeiros consolidados de 2016, positivos no valor de 592 mil euros, apresentam um aumento de cerca de 73 mil euros face a 2015. Os Resultados Líquidos consolidados registam um aumento de cerca de 64 mil euros.

7. Indicadores de Gestão

Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores de natureza patrimonial apresentam sinais da evolução da situação financeira de uma entidade, permitindo apreciar a sua capacidade de endividamento.

Dado estarmos perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público constituído pelo Município da Póvoa de Lanhoso, e pela Escola Profissional do Alto Ave, os bens de domínio público representam cerca de 50% do seu Ativo Total. O quadro seguinte, dá-nos uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais:

Indicadores	2016	2015
ESTRUTURA DO ATIVO		
Ativo Fixo/Ativo Total	89.4%	89.3%
Ativo Circulante/Ativo Total	10.6%	10.7%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	841.3%	831.5%
ESTRUTURA DO PASSIVO		
Passivo MLP/Passivo Total	48.7%	56.1%
Passivo CP/Passivo Total	27.3%	19.8%
Passivo MLP/Passivo CP	178.6%	282.8%
Acréscimos e Diferimentos/Passivo Total	153.6%	161.2%
ANÁLISE DO ATIVO FIXO		
Ativo Fixo/Endividamento MLP	1126.5%	861.5%
ANÁLISE DO PASSIVO EXIGÍVEL		
Dívida de CP/Património Líquido	7.6%	7.1%
Dívida de MLP/Património Líquido	13.5%	20.0%
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Disponibilidades/Exigível a CP	70.4%	63.4%
Ativo Circulante/Exigível a CP	107.3%	127.6%
ÍNDICE DE INSOLVÊNCIA		
Dívidas a Terceiros/Ativo Total	12.4%	14.0%
ÍNDICE DE AUTONOMIA		
Fundos Próprios/Ativo Total	58.7%	51.8%

Retratam os rácios da estrutura do Ativo que, neste âmbito, não se verificaram alterações relevantes, face a 2015.

Por sua vez, nos rácios da estrutura do Passivo ocorreu uma diminuição significativa no indicador Passivo MLP/Passivo CP que passou de 282,8% em 2015 para 178,6% em 2016.

Quando falamos em Ativo Fixo, referimo-nos basicamente ao investimento direto do grupo autárquico, líquido das depreciações que, entretanto, ocorreram. A relação do Ativo Fixo com o Endividamento MLP, permite-nos aferir da percentagem de imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento MLP, traduzindo, igualmente, a garantia de bens face aos financiadores.

Analizados os rácios encontrados, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento MLP em mais de 11,2 vezes.

Passemos, agora, à análise do Índice de Liquidez imediata. Tendo em conta, o aumento em termos relativos registado no endividamento de CP inferior ao aumento verificado nas rubricas de disponibilidades, verifica-se um aumento do indicador Disponibilidades/Exigível a CP, conforme

podemos verificar pela leitura do quadro supra. Em 2016, as disponibilidades cobririam cerca de 70,4% das necessidades da dívida de curto prazo.

Regista-se, uma pequena diminuição do peso do Ativo Circulante na relação Ativo Circulante/Exigível CP. O rácio apresentou o valor de 127,6% em 2015, apresentando em 2016 o valor de 107,3%.

Referimo-nos ao Índice de Solvência, que relaciona as Dívidas a Terceiros com o Ativo Líquido. O rácio apurado em 2016, traduz que é de apenas 12,4%, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total.

O índice de autonomia registou uma variação positiva, ascendendo a 58,7% e 51,8% em 2016 e 2015, respetivamente.

8. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Não ocorreram acontecimentos importantes desde 31 de dezembro de 2016 até à data deste relatório.

B. Mapas Consolidados

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Pocat	ACTIVO	Notas	2016			2015
			AB	AP	AL	
	Imobilizado					
	Bens de domínio público					
451	Terrenos e recursos naturais		2,347,792.69	0.00	2,347,792.69	463,160.19
452	Edifícios		0.00	0.00	0.00	0.00
453	Outras construções e infraestruturas		40,768,178.66	16,114,610.16	24,653,568.50	20,838,659.57
455	Bens do património histórico, artístico e cultural		500,439.37	213,616.66	286,822.71	311,271.32
459	Outros bens de domínio público		0.00	0.00	0.00	0.00
445	Imobilizações em curso		242,962.85	0.00	242,962.85	13,538.75
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público		0.00	0.00	0.00	0.00
			43,859,373.57	16,328,226.82	27,531,146.75	21,626,629.83
	Imobilizações incorpóreas					
431	Despesas de instalação		0.00	0.00	0.00	0.00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento		324,220.06	85,852.56	238,367.50	203,605.62
433	Propriedade industrial e outros direitos		1,000.00	0.00	1,000.00	0.00
443	Imobilizações em curso		0.00	0.00	0.00	14,077.35
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas		0.00	0.00	0.00	0.00
			325,220.06	85,852.56	239,367.50	217,682.97
	Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e recursos naturais		1,277,029.67	0.00	1,277,029.67	853,000.00
422	Edifícios e outras construções		20,727,567.64	2,797,062.43	17,930,505.21	17,447,747.71
423	Equipamento básico		3,253,908.59	2,578,249.73	675,658.86	612,255.85
424	Equipamento de transporte		940,949.11	793,632.29	147,316.82	88,932.51
425	Ferramentas e utensílios		108,600.05	90,173.28	18,426.77	18,417.04
426	Equipamento administrativo		1,329,655.05	1,046,113.68	283,541.37	346,074.47
427	Taras e vasilhame		0.00	0.00	0.00	0.00
429	Outras imobilizações corpóreas		407,214.86	128,683.37	278,531.49	271,619.54
442	Imobilizações em curso		48,116.17	0.00	48,116.17	1,164,175.26
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		0.00	0.00	0.00	0.00
			28,093,041.14	7,433,914.78	20,659,126.36	20,802,222.38
	Investimentos Financeiros					
411	Partes de capital	1	73,500.00	0.00	73,500.00	1,089,520.00
412	Obrigações e títulos de participação		745,245.38	0.00	745,245.38	745,245.38
414	Investimentos em imóveis		0.00	0.00	0.00	0.00
415	Outras aplicações financeiras		8.36	0.00	8.36	8.36
441	Imobilizações em curso		0.00	0.00	0.00	0.00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		0.00	0.00	0.00	20,725.00
			818,753.74	0.00	818,753.74	1,855,498.74
	Circulante:					
	Existências:					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		198,936.49	0.00	198,936.49	170,442.45
35	Produtos e trabalhos em curso		0.00	0.00	0.00	0.00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0.00	0.00	0.00	0.00
33	Produto acabados e intermédios		0.00	0.00	0.00	0.00
32	Mercadorias		0.00	0.00	0.00	0.00
37	Adiantamentos por conta de compras		0.00	0.00	0.00	0.00
			198,936.49		198,936.49	170,442.45
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo					
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo		3,150.55	0.00	3,150.55	5,016.51
			3,150.55	0.00	3,150.55	5,016.51
	Dívidas de terceiros - Curto prazo					
28	Empréstimos concedidos	2	2,099.70	0.00	2,099.70	933.64
211	Clientes, c/c		242,639.04	0.00	242,639.04	229,054.88
212	Contribuintes, c/c		238.26	0.00	238.26	263.97
213	Utentes, c/c		245,120.22	0.00	245,120.22	271,249.97
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		456,179.90	415,376.02	40,803.88	55,891.90
251	Devedores pela execução do orçamento		0.00	0.00	0.00	0.00
229	Adiantamentos a fornecedores		0.00	0.00	0.00	30.27
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		0.00	0.00	0.00	0.00
24	Estado e outros entes públicos		30,411.44	0.00	30,411.44	119,126.98
264	Administração autárquica		0.00	0.00	0.00	0.00
262+263+267+268	Outros devedores		325,691.82	185,028.18	140,663.64	321,145.07
			1,302,380.38	600,404.20	701,976.18	997,696.68
	Títulos negociáveis					
15	Outros Títulos		0.00	0.00	0.00	0.00
			0.00	0.00	0.00	0.00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa					
12	Depósitos em instituições financeiras		1,720,424.85	0.00	1,720,424.85	1,156,817.70
11	Caixa		2,535.16	0.00	2,535.16	786.31
			1,722,960.01	0.00	1,722,960.01	1,157,604.01
	Acréscimos e diferimentos					
271	Acréscimos de proveitos		2,879,068.60	0.00	2,879,068.60	2,675,022.32
272	Custos diferidos		347,540.49	0.00	347,540.49	346,124.99
			3,226,609.09	0.00	3,226,609.09	3,021,147.31
	Total de Amortizações			23,847,994.16		
	Total de Provisões			600,404.20		
	TOTAL DO ATIVO		79,550,425.03	24,448,398.36	55,102,026.67	49,853,940.88

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Pocal	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	Exercícios	
			2016	2015
	Fundos próprios			
51	Património	1;3	27,302,046.35	22,826,329.68
51	Diferenças de consolidação		0.00	0.00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	1	0.00	0.00
56	Reservas de reavaliação		0.00	0.00
	Reservas		0.00	0.00
571	Reservas legais	1	1,443,036.14	1,342,096.35
572	Reservas estatutárias		0.00	0.00
573	Reservas contratuais		0.00	0.00
574	Reservas livres		0.00	0.00
575	Subsídios		0.00	0.00
576	Doações		200,000.00	200,000.00
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		0.00	0.00
578+579	Outras Reservas		0.00	0.00
59	Resultado transitados	1	1,348,813.43	-561,886.50
88	Resultado líquido do exercício	1;3;4;6	30,293,895.92	23,806,539.53
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		2,066,101.59	2,002,221.32
	INTERESSES MINORITÁRIOS		32,359,997.51	25,808,760.85
			0.00	140.28
	Passivo			
292	Provisões para riscos e encargos		2,149,002.51	2,211,912.52
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Dívidas a instituições de crédito		3,907,798.06	4,549,014.53
2613	Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira		0.00	0.00
2171	Clientes e Utentes c/ cauções		0.00	0.00
264	Administração autárquica		38,000.00	18,700.00
26872	Credores por caução		0.00	0.00
262+263+267+268	Outros credores		425,853.38	597,754.88
268899	Credores por factoring		0.00	0.00
254	Empresas do grupo e participadas		0.00	0.00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		4,371,651.44	5,165,469.41
2311	Empréstimos de curto prazo		644,630.40	694,054.74
269	Adiantamentos por conta de vendas		500.00	0.00
221	Fornecedores, c/c	2	54,716.14	33,854.84
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		211.07	952.57
252	Credores pela execução do orçamento		0.00	0.00
217	Clientes e utentes c/ cauções		27,252.27	31,071.25
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		627,798.95	174,224.75
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		0.00	0.00
24	Estado e outros entes públicos		131,539.02	126,887.18
264	Administração autárquica		22,700.00	18,200.00
262+263+267+268	Outros credores		937,925.64	747,605.47
268899	Credores por factoring		0.00	0.00
	Acréscimos e diferimentos		2,447,273.49	1,826,850.80
273	Acréscimos de custos	3	741,375.88	726,384.42
274	Proveitos diferidos		13,032,725.84	14,114,422.60
2762	Passivos por impostos diferidos		13,774,101.72	14,840,807.02
	Total do Passivo		22,742,029.16	24,045,039.75
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO		55,102,026.67	49,853,940.88

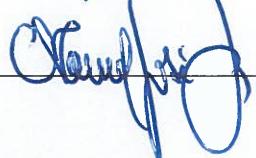
AB: Ativo Bruto

AP: Amortizações e Provisões Acumuladas

AL: Ativo Líquido

Órgão Executivo

Em 21 de junho de 2017



Órgão Deliberativo

Em 30 de junho de 2017



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

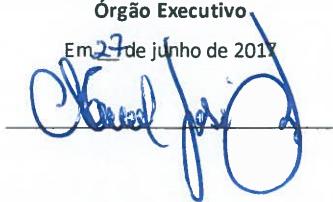
Quadros das Contas do Pocal	CUSTOS E PERDAS	Notas	Exercícios		
			2016		2015
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das Mercadorias		483,819.28	458,426.02	
	Matérias	5	624,762.81	504,437.28	962,863.30
62	Fornecimentos e serviços externos		4,326,350.19		3,816,109.81
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações		3,077,435.02	3,058,610.06	
643 a 648	Encargos sociais		918,338.69	888,599.66	3,947,209.72
63	Transf. E subsídios correntes concedidos		1,799,516.91	1,543,235.59	1,543,235.59
66	Amortizações do exercício		2,752,941.61	2,562,018.09	2,567,608.83
67	Provisões do exercício		275,847.64	5,590.74	
65	Outros custos e perdas operacionais		6,071.16	1,009.69	1,009.69
	(A) Custos e Perdas Operacionais		14,265,083.31		12,838,036.94
68	Custos e perdas financeiras			64,502.77	
	(C) Custos e Perdas Correntes		14,329,586.08		12,952,501.16
69	Custos e perdas extraordinárias			709,657.06	
	(E) Custos e Perdas antes de Impostos		15,039,243.14		13,341,901.90
	Imposto sobre o rendimento do exercício			1,751.59	
	(G) Custos e Perdas após Impostos		15,040,994.73		13,343,509.48
88	Resultado líquido do exercício			2,066,101.59	
	Custos Totais		17,107,096.32		15,345,133.27
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos	5	749,444.99	582,833.35	
712	Prestações de serviços	5	1,048,282.92	941,962.46	1,524,795.81
72	Impostos e taxas	5		3,704,852.72	3,500,621.28
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade			294,499.57	
73	Proveitos suplementares				143851.58
74	Transferências e subsídios obtidos			8,660,987.72	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				8,530,248.97
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		14,458,067.92		13,699,517.64
78	Proveitos e ganhos financeiros	4		656,861.51	
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes		15,114,929.43		14,333,166.39
79	Proveitos e ganhos extraordinários	6		1,992,166.89	
	(F) Proveitos Totais		17,107,096.32		15,345,133.27

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A)	192,984.61	861,480.70
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)	592,358.74	519,184.53
Resultados correntes: (D)-(C)	785,343.35	1,380,665.23
Resultados líquido Consolidado do exercício: (F)-(G)	2,066,101.59	2,001,623.79
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da empresa-mãe	2,066,101.59	2,002,221.32
Interesses minoritários	0.00	-597.53

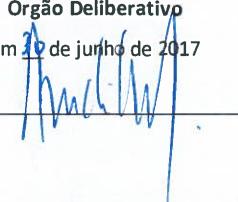
Órgão Executivo

Em 27 de junho de 2017



Órgão Deliberativo

Em 10 de junho de 2017



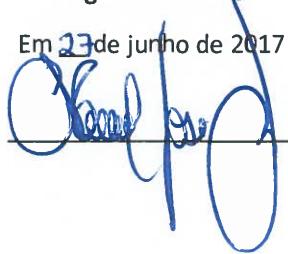
Mapa dos Fluxos de Caixa e Operações Orçamentais Consolidado

Unidade: Euros

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência Anterior	1,157,604.01	Despesas Orçamentais	18,272,864.86
Execução Orçamental	603,846.31	Despesas Correntes	11,658,822.60
Operações de Tesouraria	553,757.70	Despesas de Capital	6,613,467.04
		Centro de Criatividade	575.22
Receitas Orçamentais	18,629,896.16	Operações de Tesouraria	945,870.10
Receitas Correntes	15,300,324.43		
Receitas de Capital	3,323,571.73	Saldo Gerência Seguinte	1,722,960.01
Outras Receitas	6,000.00	Execução Orçamental	960,877.61
Operações de Tesouraria	1,154,194.80	Operações de Tesouraria	762,082.40
Total	20,941,694.97	Total	20,941,694.97

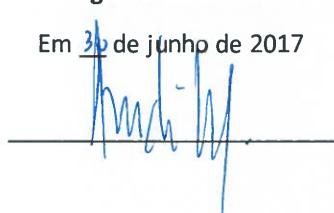
Órgão Executivo

Em 23 de junho de 2017



Órgão Deliberativo

Em 26 de junho de 2017



C. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

1. Introdução

A Lei das Finanças Locais, prevê no artigo 75.º, a obrigatoriedade dos Municípios elaborarem contas consolidadas, sendo ainda referido que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que, até ao momento, não abrange esta temática.

Refere ainda o artigo 75.º, n.º1, da referida Lei das Finanças Locais que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.”.

Foi entretanto publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativamente à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios, sendo que em maio de 2015 esta portaria foi adendada com as alterações resultantes da Lei 73/2013.

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

O perímetro de consolidação definido pelo Município da Póvoa de Lanhoso abrange a Escola Profissional do Alto Ave. O método da consolidação utilizado foi a consolidação integral, com o objetivo de as demonstrações financeiras consolidadas apresentarem informação relativa ao grupo público municipal como se de uma única entidade se tratasse.

A contabilidade de custos embora implementada encontra-se a ser melhorada, pelo que se optou neste relatório ainda não se fazer a devida análise. No entanto, permite que se efetue uma análise os encargos com as funções exercidas, não sendo esperados desvios significativos nos encargos efetivamente suportados.

Apesar dos esforços encetados não foi ainda possível concluir e apresentar em 2016 o inventário inicial, com todo o imobilizado público e privativo da autarquia. Encontra-se atualmente uma equipa do Município a proceder ao levantamento, cadastro e inventariação de todo o património municipal que se encontra omissa, para cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Apesar de não ter sido possível a conclusão deste trabalho no ano em apreço, foram efetuados muitos progressos que se refletem no Balanço, pelo acréscimo das contas do Imobilizado e do Património. Assim, no âmbito do domínio público, foram registados os bens relativos a arruamentos e rede viária das seguintes freguesias: Águas Santas, Ajude, Brunhais, Calvos, Covelas, Esperança, Ferreiros, Fontarcada, Frades e Friande.

Apesar do disposto no artigo 24.º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património, nem todos os bens se encontram cobertos pelo seguro, estando nesta altura o Município da Póvoa de Lanhoso a efetuar esta análise.

Todos os valores são apresentados em euros.

2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

Entidade incluída no perímetro de consolidação:

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2016	% do capital detido em 2016	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	181	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	17	100%	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso					

Entidades participadas, não incluídas (Outras entidades societárias e não societárias excluídas do perímetro de consolidação):

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, a única entidade que deve ser obrigatoriamente consolidada por este método é a já referida Escola Profissional do Alto Ave, sendo que as demais entidades em que o Município detém uma participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

No ano de 2016 o Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso foi extinto, sendo que ao contrário do exercício anterior não foi considerado no perímetro de consolidação.

3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas refletem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação identificam-se nas notas seguintes:

<i>Lançamentos de consolidação</i>					
<i>Nota</i>	<i>Descrição</i>	<i>Conta(s) a Débito</i>	<i>Valor</i>	<i>Conta(s) a Crédito</i>	<i>Valor</i>
Balanço					
Nota 1	Eliminação dos Investimentos financeiros na conta 41 do MPVL relativamente à participação financeira na EPAVE	51 55 571 59 88	19,951.92 658,354.17 10,933.65 73,278.09 26,051.40	411 59	674,463.97 114,105.26
Total N1			788,569.23		788,569.23
Nota 2	Eliminação de saldos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	22	104.48	21	104.48
Total N2			104.48		104.48
Nota 3	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	88 274	16,574.41 256,348.55	51	272,922.96
Total N3			272,922.96		272,922.96
Demonstração dos Resultados					
Nota 4	Eliminação do MEP	78	26,051.40	88	26,051.40
Total N4			26,051.40		26,051.40
Nota 5	Eliminação de transações correntes (água e outras taxas e tarifas) entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	711 712 72	457.00 443.08 35.12	62	935.20
Total N5			935.20		935.20
Nota 6	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	79	16,574.41	88	16,574.41
Total N6			16,574.41		16,574.41
Total Geral			1,105,157.68		1,105,157.68

5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Endividamento consolidado de médio e longo prazo 2016					
	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo				
Designação das contas	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE	Total	Correção de Consolidação	Endividamento Consolidado
Dívidas a instituições de crédito	3,907,798.06		3,907,798.06		3,907,798.06
Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira	0.00		0.00		0.00
Administração Autárquica	38,000.00		38,000.00		38,000.00
Credores por caução	0.00		0.00		0.00
Outros Credores	425,853.38		425,853.38		425,853.38
Total	4,371,651.44	0.00	4,371,651.44	0.00	4,371,651.44

6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO										
Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público										
Tipo de fluxos	Município da Póvoa de Lanhoso					EPAVE				Saldo final
	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício		
	saldo inicial									
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Informações relativas a compromissos

O Município da Póvoa de Lanhoso constituiu uma garantia bancária na CGD no valor de 5 mil euros a favor da “Infraestruturas de Portugal, S.A.”.

Os restantes compromissos existentes constam das demonstrações financeiras apresentadas.

8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação

As remunerações certas e permanentes dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do município da Póvoa de Lanhoso totalizaram 113.068,51 €, a remuneração do órgão de fiscalização do Município totalizou 6.480,00€. As remunerações do órgão de fiscalização totalizaram 3.500,00€ na Escola Profissional do Alto Ave.

9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

Designação	Município	2016 EPAVE	Total Consolidado
Vendas Mercadorias			0.00
Vendas Produtos	749,444.99	0.00	749,444.99
Prestações de serviços	1,038,030.66	10,252.26	1,048,282.92
Total	1,787,475.65	10,252.26	1,797,727.91

10. Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não existem contratos de locação financeira em vigor à data de 31.12.2016 em nenhuma entidade incluída no perímetro de consolidação.

11. Informações relativas a políticas contabilísticas

Homogeneização das políticas contabilísticas

Rúbricas	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE
Imobilizado	Custo de aquisição. Bens de imobilizado obtido a título gratuito, dependendo do tipo de bens, aplica-se o respetivo critério valorimétrico (valor de aquisição ou patrimonial).	Custo de aquisição.
Amortizações	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril (II Série do D.R.).	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas, após o inicio de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Investimentos Financeiros	Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas participações superiores a 20%, e pelo método do custo nas restantes participações financeiras	Não aplicável.
Existências	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. Através do Sistema de inventário Permanente, utilizando o custo médio ponderado, como o método de custeio das saídas (mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo).	Não aplicável.
Terceiros	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, seguindo o princípio do custo histórico, utilizado nas operações com terceiros.	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.
Acréscimos	Acréscimos de proveitos: - Rendas a receber; Acréscimos de custos: - Remunerações a liquidar; - Outros Acréscimos de Custos;	Regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e diferimentos".
Diferimentos	Custos Diferidos: - Seguros; Proveitos diferidos: - Subsídios ao investimento;	Regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e diferimentos".
Provisões	Analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.	Correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.
Disponibilidades	As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.



12. Imobilizado bruto consolidado

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Imobilizado Bruto consolidado em 31 Dezenbro de 2016

	Saldo inicial	Reavaliação/Ajust. am.	Centro Criatividade	Aumentos	Alienações	Reclassificação	Abates	Transf.	Saldo Final
De Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais	463.160,19	1.883.512,50		1.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.347.792,69
Edifícios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Construções e Infra-Estruturas	36.788.177,81	999.995,10		2.804.304,90	0,00	0,00	0,00	175.700,85	40.768.178,66
Bens do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	500.439,37	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.439,37
Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	13.538,75	-66.401,82		471.526,77	0,00	0,00	0,00	-175.700,85	242.962,85
Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	37.765.316,12	2.817.105,78		3.276.951,67	0,00	0,00	0,00	0,00	43.859.373,57
De Imobilizações Incorpóreas									
Despesas de Instalação	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	259.768,06	0,00		15.990,00	0,00	0,00	0,00	48.462,00	324.220,06
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Imobilizações em Curso	14.077,35	0,00		34.384,65	0,00	0,00	0,00	-48.462,00	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	273.845,41	0,00		51.374,65	0,00	0,00	0,00	0,00	325.220,06
De Imobilizações Corpóreas									
Terrenos e Recursos Naturais	853.000,00	369.609,67		5.000,00	-5.580,00	0,00	0,00	55.000,00	1.277.029,67
Edifícios e outras construções e infra-estruturas	20.323.700,73	-1.185.718,70		560.571,39	-0,00	0,00	-56.769,52	1.085.783,74	20.727.567,64
Equipamento Básico	3.241.930,76	-176.314,96		4.909,77	279.324,42	-8.432,08	0,00	0,00	-77.812,77
Equipamento de Transporte	904.718,60	0,00		-17.750,00	103.706,70	0,00	0,00	-83.950,59	905.724,71
Ferramentas e Utensílios	131.563,02	0,00		7.662,75	0,00	0,00	0,00	0,00	139.225,77
Equipamento Administrativo	1.230.280,49	0,00		-400,09	73.631,85	0,00	0,00	-2.079,25	1.301.433,00
Taras e Vasinhame	31.943,72	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.943,72
Outras Imobilizações Corpóreas	397.906,69	0,00		8.112,02	0,00	0,00	0,00	1.196,15	407.214,86
Imobilizações em Curso	1.164.175,26	0,00		533.236,83	0,00	0,00	-376.741,03	-1.272.554,89	48.116,17
Adiantamento por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	28.279.219,27	-992.423,99		-23.059,86	1.571.245,96	-14.012,08	0,00	-519.540,39	-208.387,77
De Investimentos Financeiros									
Partes de Capital:	1.089.520,00	0,00		0,00	-1.016.020,00	0,00	0,00	0,00	73.500,00
Obrigações e Títulos de Participação	745.245,38	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.245,38
Investimento em Imóveis:	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras	8,36	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,36
Imobilizações em Curso	20.725,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-20.725,00	0,00
Adiantamento por Conta de Investimentos Financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-20.725,00	0,00
Totais	1.855.498,74	0,00		0,00	-1.016.020,00	0,00	0,00	-20.725,00	818.753,74

O balanço inicial do Município da Póvoa de Lanhoso ainda não foi aprovado, uma vez que o património do município ainda não foi inventariado, avaliado e consequentemente aprovado pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Desta forma o Imobilizado apresentado apenas reflete os movimentos contabilísticos desde a implementação do POCAL em 2002. Consequentemente as amortizações apenas dizem respeito ao património que se encontra devidamente contabilizado, não refletindo assim a realidade do ativo fixo do município.

Apesar do disposto no artigo 24.º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património, nem todos os bens se encontram cobertos pelo seguro, estando nesta altura o Município da Póvoa de Lanhoso a efetuar esta análise.

13. Amortizações consolidadas

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Amortizações consolidadas em 31 Dezembro de 2016

Rubricas	Saldo Inicial	Centro Criatividade	Reforço	Regularizações	Reclassificação	Saldo Final
De Bens de Domínio Público						
Terrenos e Recursos Naturais	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e Outras Construções	15,949,518.24		1,929,294.17	-1,764,202.25	0.00	16,114,610.16
Bens do património histórico, artístico e cultural	189,168.05		24,448.61	0.00	0.00	213,616.66
Totais	16,138,686.29	0.00	1,953,742.78	-1,764,202.25	0.00	16,328,226.82
De Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de Instalação	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	56,162.44		29,690.12	0.00	0.00	85,852.56
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Totais	56,162.44	0.00	29,690.12	0.00	0.00	85,852.56
De Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e Recursos Naturais	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e Outras Construções	2,875,953.02		387,656.46	-466,547.05	0.00	2,797,062.43
Equipamento Básico	2,629,797.90	-4,909.77	191,627.38	-238,265.78	0.00	2,578,249.73
Equipamento de Transporte	850,010.49	-17,750.00	44,010.68	-82,638.88	0.00	793,632.29
Ferramentas e Utensílios	82,520.26		7,653.02	0.00	0.00	90,173.28
Equipamento Administrativo	912,428.07	-400.09	136,164.95	-2,079.25	0.00	1,046,113.68
Taras e Vasilhame	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Imobilizações Corpóreas	126,287.15		2,396.22	0.00	0.00	128,683.37
Totais	7,476,996.89	-23,059.86	769,508.71	-789,530.96	0.00	7,433,914.78
De Investimentos Financeiros						
Partes de Capital	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Obrigações e Títulos de Participação	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Aplicações Financeiras:	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Depósitos em Instituições Financeiras	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Títulos de Dívida Pública	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Títulos	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Totais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

14. Demonstração de resultados financeiros consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos		Unidade: Euros	
		2016	2015		2016	2015	Exercícios	2016
681 Juros suportados		62,549.38	113,151.29	781 Juros obtidos			20,753.59	2,250.43
682 Perdeas em entidades participadas		0.00	0.00	782 Ganhos em entidades participadas			0.00	0.00
683 Amortizações de investimentos em imóveis		0.00	0.00	783 Rendimentos de imóveis			634,548.74	629,263.87
684 Provisões para aplicações financeiras		0.00	0.00	784 Rendimentos de participações de capital			0.00	0.00
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		0.00	0.00	785 Diferenças de câmbio favoráveis			0.00	0.00
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		0.00	0.00	786 Desccontos de pronto pagamento obtidos			0.00	0.00
688 Outros custos e perdas financeiros		1,953.39	1,312.93	787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			0.00	0.00
Resultados financeiros		592,358.74	519,184.53	788 Outros proveitos e ganhos financeiros			1,559.18	2,134.45
		656,861.51	633,648.75	789 Reembolsos de juros			656,861.51	633,648.75

15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Unidade: Euros Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691 Transferências de capital concedidas	432,361.24	162,870.03		791 Restituições de impostos		0.00	0.00
692 Dívidas incobráveis	0.00	0.00		792 Recuperação de dívidas		0.00	0.00
693 Perdas em existências	899.42	0.00		793 Ganhos em existências		2,862.62	1,812.79
694 Perdas em imobilizações	155,199.75	47,658.73		794 Ganhos em imobilizações		901,944.91	33,501.87
695 Multas e Penalidades	0.00	0.00		795 Benefícios de penalidades contratuais		30,061.40	26,481.02
696 Aumentos de amortizações e de provisões	0.00	60,280.51		796 Reduções de amortizações e de provisões		20,058.91	14,327.39
697 Correcções relativas a exercícios anteriores	89,983.48	23,874.60		797 Correcções relativas a exercícios anteriores		231,541.96	191,800.27
698 Outros custos e perdas extraordinárias	31,213.17	94,716.87		798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		805,697.09	744,043.54
Resultados extraordinários	1,282,509.83	622,566.14				1,992,166.89	1,011,966.88
	1,992,166.89	1,011,966.88					

16. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento contém a elaboração de uma cartografia para o Plano Municipal florestal contra incêndios, o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, Mapas de Ruido, o Plano de Riscos de Gestão, corrupção e infrações conexas e o Plano de Revisão do PDM.

17. Desdobramento das contas de provisões

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para cobrança duvidosa	356,217.15	264,245.96	20,058.91	600,404.20
Provisões para riscos e encargos	2,211,912.52	11,601.68	74,511.69	2,149,002.51
Total	2,568,129.67	275,847.64	94,570.60	2,749,406.71

No exercício de 2016 o Município apresentou um saldo final em provisões de 2.749.407€.

Como se pode observar no quadro acima representado, as provisões apresentam um aumento na ordem dos 181,3 mil euros (+7,1%).

- Provisões para cobrança duvidosa sofrerem um acréscimo aproximado de 69% , contribuindo significativamente para este aumento a constituição de provisão referente às participações do INAG.
- Provisões para riscos e encargos, sofreram um ligeiro decréscimo de 63 mil euros (-3%).

Relação dos processos em que está constituída provisão dada a identificação de risco quanto ao desfecho dos mesmos, designadamente:

1. Processo do Centro Educativo de Monsul – provisão de 1.723.812€;
2. Processo n.º 52/10 por pedido de indemnização por reconhecimento de direito de propriedade, provisão de 21.000€
3. Processo n.º429/13 por pedido de indemnização por enriquecimento sem causa, provisão de 294.721€;
4. Processos de funcionários pela condenação à prática de atos administrativos (reclassificação profissional), provisão de 47.193€;
5. Processo da AMAVE, comparticipação de custos de funcionamento nos anos de 2014, provisão de 62.277€.

O Município tem ainda em curso outros processos relativamente aos quais não constitui provisão, por não ser expectável o pagamento de qualquer encargo.

18. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica.

19. Informações diversas

A Escola Profissional do Alto Ave, integra o perímetro de consolidação sendo que esta entidade aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC. Sendo assim, as suas demonstrações financeiras foram convertidas em POCAL, constituindo este trabalho um procedimento de pré-consolidação.

O grupo não tem em mora qualquer dívida ao Centro Regional de Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e à Administração Tributária.

Póvoa de Lanhoso, 27 de junho de 2017



O Presidente da Câmara Municipal